

O déficit institucional da Política Industrial brasileira

Eixo Políticas Públicas

Resumo

Este artigo analisa os entraves institucionais que comprometem a efetividade das políticas industriais brasileiras, em um contexto de retomada do debate global sobre reindustrialização, soberania tecnológica e transição ecológica. A partir de um referencial teórico que considera a centralidade das instituições na construção de capacidades estatais, argumenta-se que a política industrial no Brasil enfrenta três principais desafios: a fragmentação institucional, a baixa qualidade dos mecanismos de coordenação com o setor privado e as fragilidades no planejamento, monitoramento e avaliação. O texto resgata a trajetória histórica da institucionalidade da política industrial desde o ciclo desenvolvimentista até a Nova Indústria Brasil (2024), destacando a ausência de uma autoridade central de coordenação, a pulverização de instrumentos e a descontinuidade de instâncias formais de governança. A análise revela que, embora existam iniciativas recentes inspiradas em modelos internacionais de políticas orientadas por missões, o Brasil ainda carece de uma arquitetura institucional robusta e adaptativa. O artigo conclui propondo três frentes de fortalecimento institucional: (1) a criação de um órgão central com autoridade e capacidade técnica para liderar a política industrial; (2) a consolidação de canais estáveis e transparentes de diálogo com o setor produtivo; e (3) a institucionalização de sistemas de planejamento de longo prazo e avaliação independente. Ao enfatizar que a política industrial é um problema complexo, de natureza sistêmica, o estudo aponta a necessidade de arranjos institucionais que combinem capacidade técnica, legitimidade política e aprendizado organizacional para enfrentar os desafios do desenvolvimento produtivo no século XXI.

Palavras-chave: política industrial, institucionalidade, desenvolvimento produtivo, coordenação Estado-mercado